

**UNIDADE PRISIONAL
FEMININA DE PALMAS:
Conselho de Classe
Participativo**

**UNIT FEMALE PRISON OF
PALMAS: Participatory Class
Council**

**UNIDAD PRISIÓN FEMENINA DE
PALMAS: Consejo de clase
participativo**

**Adriana da Costa Pereira Aguiar¹
Jocyleia Santana dos Santos²**

RESUMO

O estudo objetivou analisar como acontece o conselho de classe na unidade de ensino prisional feminino de Palmas. Utilizou-se o método da História Oral Temática com entrevistas semiestruturadas. O estudo se apresenta respondendo a três objetivos específicos, sendo: traçar um breve percurso histórico da educação prisional feminina no Tocantins; conhecer o trabalho educacional dentro da prisão feminina; narrar os depoimentos das entrevistadas. Conclui-se, por meio da análise dos documentos e pelas vozes das depoentes, que acontece um conselho de classe participativo, no entanto, precisa cumprir alguns critérios dentro do sistema prisional, pois não há participação da família das estudantes. O conselho de classe mostra-se eficiente e traz melhoria para a prática pedagógica das envolvidas, sendo um instrumento pedagógico eficiente.

¹ Mestranda em Educação pela UFT. Formada em Pedagogia pela UNIRG/TO, especialista em Planejamento, Orientação Educacional e Gestão Escolar. Servidora Pública Estadual do Estado do Tocantins com o cargo de Diretora Regional de Ensino de Gurupi. E-mail: adriana.cpa@hotmail.com.

² Doutorado em História pela Universidade Federal de Pernambuco (2006), Mestrado em História pela Universidade Federal de Pernambuco (1996), Graduação em História pela Universidade Católica de Goiás (1991, Fundação Universidade Federal do Tocantins – UFT, Campus Palmas, Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE). E-mail: jocyleia@uft.edu.br

PALAVRAS-CHAVE: Conselho de classe Participativo. Educação Prisional. História Oral.

ABSTRACT

The study aimed at analyzing how the class council happens in the Palmas female prison teaching unit. The Thematic Oral History method was used with semi-structured interviews. The study is presented in response to three specific objectives: to draw a brief history of female prison education in Tocantins; to know the educational work inside the female prison; narrating the interviewees' statements. It is concluded, through the analysis of the documents and the voices of the deponents, that a participatory class council happens, however, it must fulfill certain criteria within the prison system, since there is no participation of the student family. The class council is efficient and brings improvement to the pedagogical practice of those involved, being an efficient pedagogical instrument.

KEYWORDS: Participative class council. Prison Education. Oral History.

RESUMEN

El estudio objetivó analizar cómo sucede el consejo de clase en la unidad de enseñanza prisional femenina de Palmas. Se utilizó el método de la Historia Oral Temática con entrevistas semiestructuradas. El estudio se presenta respondiendo a tres objetivos específicos, siendo: trazar un breve recorrido histórico de la educación prisional femenina en Tocantins; conocer el trabajo educativo dentro de la prisión femenina; narrar los testimonios de las entrevistadas. Se concluye, por medio del análisis de los documentos y por las voces de las deposiciones, que ocurre un consejo de clase participativo, sin embargo, necesita cumplir algunos criterios dentro del sistema penitenciario, pues no hay participación de la familia de los estudiantes. El consejo de clase se muestra eficiente y trae mejoras para la práctica pedagógica de las involucradas, siendo un instrumento pedagógico eficiente.

PALABRAS CLAVE: Consejo de clase Participativo. Educación Prisionera. Historia Oral.

Recebido em: 06.03.2019. Aceito em: 12.06.2019. Publicado em: 01.08.2019.

Introdução

Em 2018 visitei várias unidades prisionais no estado, pois atuo na gestão da Secretaria de Educação Estadual do Tocantins, e a visita às estudantes do sistema prisional em Palmas, chamou-me a atenção e, dialogando com professores e estudantes, conheci de forma rápida, explanada pela coordenadora pedagógica, como realizavam o conselho de classe naquela unidade prisional de ensino. Assim, despertou-me o interesse para a pesquisa, e quando a professora do curso de mestrado solicitou uma produção em História oral temática, foquei na vivência com a educação no sistema prisional, mesmo com todas as dificuldades de acesso à pesquisa neste espaço.

Em um período da minha vida, atuamos como gestora de uma escola pública, e, nesta unidade de ensino, nós havíamos desenvolvido um sistema de conselho de classe que outros educadores e escolas nos adotavam como referência. E tratando do conselho de classe na educação prisional, pretendo, também, remeter ao aprendizado e experiência já adquiridos por meio do período em que fui gestora. No entanto, entre conselho de classe em escola e em prisões, há um diferencial que iremos tratar no decorrer do estudo.

Desta forma, a educação, o trabalho e a produção de atividades culturais no sistema prisional são os principais elementos que podem possibilitar a ressocialização da pessoa delituosa, além de oportunizar a remissão de pena. Neste sentido, Marshall, (1967, p. 73) sustenta-se que “o direito à educação é um direito social à cidadania”, um direito à inclusão social.

A pesquisa tem como objetivo geral analisar como acontece o conselho de classe na unidade de ensino prisional feminino de Palmas, Tocantins. Em um primeiro momento, traçaremos uma breve contextualização histórica sobre a

educação prisional feminina no Tocantins; para, em seguida, conhecer o trabalho educacional dentro da Casa de Prisão Feminina de Palmas, objetivando compreender como ocorre o processo pedagógico do conselho de classe; e, assim, podermos narrar depoimentos de professores, estudantes e coordenadora sobre a educação e o conselho de classe, utilizando da metodologia da história oral temática.

Metodologia

O estudo realizado é o da abordagem qualitativa, por meio de pesquisa bibliográfica e estudo de campo com entrevistas semiestruturadas. Dessa maneira, evidencia os atores envolvidos no conselho de classe, podendo, assim, ter uma compreensão da realidade.

Elaborou-se o projeto de pesquisa em História Oral - HO, e em seguida a aprovação pela professora. Na elaboração do projeto foram levantadas algumas leituras para a preparação, sendo aprofundadas para respaldar a entrevista e na produção do artigo. Buscou-se a aprovação da pesquisa pelo diretor da Unidade de ensino, após aprovação do Secretário de Cidadania e Justiça, aprovação pelo diretor do presídio e, após seguir todos os trâmites de segurança, as entrevistas ocorreram³. Os professores e coordenadora pedagógica foram entrevistados fora da UPF, e apenas duas estudantes foram entrevistadas dentro da sala de aula, acompanhadas por um agente penitenciário. Inicialmente, a proposta do projeto era de entrevistar 3 (três) estudantes, mas, no momento da entrevista, uma delas desistiu. Imagens não foram efetuadas do processo de entrevista, para não gerar conflitos, nem colocar as entrevistadas em um grau a mais de evidência.

³ Todo percurso da pesquisa documentado e autorizado pelas autoridades e participantes da pesquisa, os documentos encontram-se em posse da autora do artigo.

Todos assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, e, também, o Termo de Aprovação da entrevista, após a gravação.

Nuances do percurso histórico da educação prisional feminina no Tocantins

O Tocantins é o estado mais novo da República Federativa do Brasil, sua fundação “data de cinco de outubro de 1988, sendo assim, para poder estruturar a educação prisional no estado, recorreu-se a experiências de projetos de ressocialização de reeducandos” já em funcionamento em outros estados, e, também, com algumas parcerias com instituições educacionais e afins (PEEP - Palmas, 2012, p.16). Quando se trata do tema do encarceramento, logo nos vem a reflexão em torno da superlotação nos presídios. Segundo Marques (1997), o fenômeno da superpopulação carcerária, cuja consequência é a deterioração das condições de vida dos presos, instaurou um clima violento no interior dos cárceres, ocasionando agressões entre os presos, homicídios, fugas e rebeliões que constituem obstáculos ao desenvolvimento de programas de inclusão social, temas que precisam de estudo e análise.

Em se tratando de superlotação e más condições dos presídios, já em 1732, a cadeia pública de Recife já tratava dos mesmos problemas, apenas para ilustrar, e destaca também “durante o período colonial o cotidiano da cadeia sempre foi marcado pela insegurança e as péssimas condições de higiene” (NETO, 2011, p.156).

Constatou-se que boa parte da população privada de liberdade tem um nível de escolaridade baixo (PEEP – Palmas - 2012, p.15), fator que, junto de outros problemas sociais, culmina numa fragilidade que pode levar a situações de contravenção e, conseqüentemente, à punição. Tendo conhecimento dessa situação, a educação prisional passa a ser uma das metas do estado, e em 2002 a Secretaria de Educação, Juventude e Esportes (SEDUC) passou a ofertar, na

modalidade de EJA – Educação de jovens e adultos – e a educação prisional de forma sistematizada. Em novembro de 2004, a Secretaria de Educação, Juventude e Esportes (SEDUC), a Secretaria da Cidadania e Justiça (SEJUDH) e a Secretaria de Segurança Pública (SSP) reuniram-se para a implantação da educação prisional, resultando no Convênio 408/2004, publicado no Diário Oficial nº 1847 de 21 de janeiro de 2005 (PEEP - Palmas, 2012, p.15).

O Plano Estadual de Educação nas Prisões (PEEP) começou a ser construído logo após a realização do III Seminário Nacional pela Educação nas Prisões, e, a partir de reuniões internas, no dia 21 de maio de 2011, a Diretoria de Diversidade socializou as Diretrizes Nacionais para a Educação nas Prisões com os técnicos da Assessoria Pedagógica e da Coordenação de Jovens e Adultos. Em 22 de maio de 2012, disponibilizou-se o relatório com as intenções para desenvolver o PEEP, e, entre os dias 23 de maio e 01 de junho de 2012, foram realizados estudos para sistematizar as metas e ações para as temáticas que contemplam a educação prisional, tais como: remição da pena pelo estudo, educação formal e educação não formal, diversidade e inclusão no sistema penal, etc. (PEEP - Palmas, 2012, p.7).

Um grupo de trabalho *on-line* foi criado para o debate e compartilhamento de conhecimento sobre a educação prisional, o que propiciou o planejamento da Comissão Estadual de Educação nas Prisões; e, no dia 04 de julho de 2012, realizou-se a I reunião de elaboração do PEEP, com o comparecimento de diversas instituições como: SEDUC, SEJUDH, Ministério Público, Universidade Federal do Tocantins (UFT), etc. (PEEP - Palmas, 2012, p.7-8).

Segundo consta no Plano Estadual de Educação em Prisões (2012), entre os dias 13 e 25 de julho, e, ainda, 01 de agosto de 2012 houve reuniões de trabalho para firmar as temáticas discutidas no PEEP. Com a elaboração do PEEP,

suas diretrizes, um plano de trabalho foi desenvolvido para ratificar as metas estipuladas, e, assim, possibilitar a efetivação da educação prisional no estado do Tocantins no ano de 2013. (PEEP - Palmas, 2012, p.8-9).

Objetivando uma oferta qualitativa da educação em prisões, os objetivos propostos no Plano Estadual de Educação em Prisões para educação prisional feminina foram: assegurar educação formal nos estabelecimentos femininos; realizar diagnóstico e garantir infraestrutura necessária para a oferta de educação infantil aos filhos e filhas das presas; realizar diagnóstico e assegurar a constituição de brinquedoteca nos estabelecimentos penais femininos; garantir qualidade de ensino aos estabelecimentos penais femininos; e realizar estudo e garantir situações pedagógicas que valorizem a igualdade de gênero. Os responsáveis serão a SEDUC e SEJUDH. (PEEP - Palmas, 2012, p.112).

Quadro 1 – Unidades prisionais femininas do Tocantins em 2017

UNIDADE	PROVISÓRIAS	CONDENADAS	SEMIABERTO	TOTAL
BABAÇULÂNDIA	07	16	-	23
UPF-LAJEADO	09	08	-	17
UPF-PALMAS	33	30	-	63
URSA-PALMAS	-	-	07	07
PEDRO AFONSO	09	06	-	15
TALISMÃ	16	16	-	32
TOTAL GERAL	74	76	07	157

Fonte: (FERREIRA DA SILVA, 2017).

Os dados nos mostram que o estado do Tocantins possui atualmente 6 (seis) unidades prisionais femininas, distribuídas de maneira que possa atender as regiões sul, norte e central, abrangendo o estado como um todo. A região norte é contemplada pela cadeia pública feminina de Babaçulândia, inaugurada em 11 de dezembro de 2010; já na região central, temos as seguintes unidades:

unidade prisional feminina de Palmas inaugurada em 01 de janeiro de 2006, cadeia pública feminina de Pedro Afonso inaugurada em maio de 2012, a unidade de regime semiaberto feminino de Palmas criada em 15 de setembro de 2012, e a unidade prisional feminina de Lajeado reaberta em outubro de 2016; e na região sul encontra-se a cadeia pública feminina de Talismã inaugurada em 14 de junho de 2017 (FERREIRA DA SILVA, 2017).

Em dezembro de 2016, constatou-se que o estado do Tocantins possuía uma “população carcerária de aproximadamente 3.458 pessoas em reclusão. A população carcerária feminina do estado do Tocantins, em 2016, era de 189, sendo 73 em regime fechado, 27 no semiaberto e 89 são presas provisórias”. (FERREIRA DA SILVA, 2017, p.92).

Segundo Ferreira da Silva (2017, p.92), “as mulheres negras ou pardas, com faixa etária entre 18 e 24 anos (segundo dados de 2014), são a grande maioria da população carcerária feminina do Tocantins. Os delitos mais comuns cometidos por elas são tráfico de drogas, homicídios, furto e roubos”.

Quadro 02- Projetos de ressocialização realizados em 2017

UNIDADE PRISIONAL	TOTAL DE PRESAS	PARTICIPANTES DE PROGRAMAS	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS
01 - UPF BABAÇULÂNDIA	22	22	<ul style="list-style-type: none"> □□Bazar Três Pontos (Defensoria Pública e SEDJUS); □□Remição pela leitura, ensino de jovens e adultos (EJA);
02 - UPF LAJEADO	12	12	<ul style="list-style-type: none"> □□Artesanato □□Remissão de leitura □□Palestra Educativa em implantação (Pastoral Carcerária e ULBRA)

03 - UPF PALMAS	28	28	<input type="checkbox"/> Arte que faz crescer <input type="checkbox"/> Escola <input type="checkbox"/> Biblioteca Cidadã
04 - C. P.F PEDRO AFONSO	17	17	<input type="checkbox"/> Projeto "A Arte Que Faz Crescer", Projeto Horta, <input type="checkbox"/> Projeto "Ressocialização Socioambiental.
05 - C.P.F. TALISMÃ	06	06	<input type="checkbox"/> Sala de aula (Em implantação) <input type="checkbox"/> Horta (Em implantação)
U.R.S.A. F. PALMAS	11	11	<input type="checkbox"/> (R.P.L.) Remissão pela leitura <input type="checkbox"/> Artesanato <input type="checkbox"/> Corte e costura <input type="checkbox"/> Panificação

Fonte: (FERREIRA DA SILVA, 2017).

Uma educação não repressora é o caminho para conscientizar e ressocializar as pessoas privadas de liberdade. Somente uma educação que valoriza o ser humano é capaz de mudá-lo. Silva (2008) apresenta dois modos de educação prisional: uma é punitiva e outra transformadora. O autor diz que "[...] Se o meu olhar for direcionado à punição, a prática educativa será repressora, controladora, domesticadora. Contudo, se minha atenção for à formação humana do sujeito encarcerado, a educação proposta será crítica, libertadora" (SILVA, 2008, p.103).

Os projetos educacionais desenvolvidos nas unidades prisionais femininas do estado do Tocantins são de suma importância para a ressocialização das reeducandas, conforme afirma Silva (2008):

[...] O processo educativo desenvolvido atrás das grades deve integrar os sujeitos presos, superando os limites físicos da prisão, propiciando momentos de diálogo, de aprendizagem colaborativa, contribuindo com o processo de emancipação e desenvolvimento do homem preso. (SILVA, 2008, p.106).

Pois tais projetos podem ser eficazes para evitar a reincidência, dar acesso ao mercado de trabalho e, ainda mais, conscientizá-las para que quando estiverem em liberdade possam vir a fazer trabalho de base em suas comunidades, a fim de incentivar as mais jovens a buscarem alternativas para uma melhora em sua condição social – embora saibamos que mulheres negras e periféricas tendem a enfrentar uma resistência maior do mercado de trabalho e muitas vezes são reservados a elas empregos como de faxineiras, babás, empregadas domésticas, diaristas, etc. – sem que essa alternativa seja buscada na ilicitude, mas através da educação, dos estudos, mesmo com todas as dificuldades e preconceitos presentes na sociedade.

Durante a coleta de dados para compor este estudo, foram realizadas entrevistas com duas reeducandas e as mesmas responderam a este questionamento: Qual o papel da educação para você?

Pra mim, no meu ponto de vista o papel da educação é um papel excelente, porque como diz sem educação a gente não chega a lugar nenhum. Então pra mim é um papel maravilhoso, só tenho a agradecer, os professores, que são nossas educadoras, diretores, tanto aqui na unidade prisional como lá na secretaria da educação lá fora, então pra mim é um papel maravilhoso (E. SAMARYA, 2018).

É o principal que você tem na sua vida, porque hoje sem educação você não vai a lugar nenhum, tanto do maternal até o terceiro ano, pra você conseguir fazer uma faculdade e até mesmo ter um emprego lá fora, tem que ter estudo, porque sem estudo não se chega a lugar nenhum, é fundamental (E. MARA, 2018).

O poder que a educação tende a transformar a vida das pessoas, de ampliar seus horizontes, é o que a torna tão fundamental para um processo de ressocialização, pois só ela pode pavimentar a “estrada do retorno” daquelas pessoas que de alguma forma “romperam” com a sociedade. Sendo assim, pensar em uma educação prisional é poder ofertar muito mais que o conhecimento formal, é dar esperança e dignidade a um público marginalizado pelo estigma social que carrega.

A União entre as Secretarias para a oferta e garantia da educação em prisões foi e demonstra ser de suma importância, uma vez que cumpre o papel governamental e social das respectivas pastas.

O processo pedagógico na casa de prisão feminina: vozes e vivência

A educação no sistema prisional além de ser crucial para um processo que visa a ressocialização é também um direito constitucional, pois a Constituição Federal (1988) garante a educação de qualidade para todos, logo, não poderia ser diferente no estado do Tocantins. A Escola Estadual Setor Sul está vinculada à Unidade Prisional Feminina de Palmas (U.P.F.). Mesmo que não esteja no mesmo espaço físico, esta escola é quem dá o suporte para o corpo docente, quando, por exemplo, por algum problema interno ou externo as aulas são suspensas e as educadoras são impossibilitadas de estarem na U.P.F., é nas dependências da Escola Estadual Setor Sul que elas vão se encontrar para se reunirem e planejarem as ações que serão desenvolvidas na U.P.F. quando tal restrição acabar. Ou seja, a Escola Estadual Setor Sul é a escola extensão da escola prisional, seria uma escola mãe. Mesmo sendo o mesmo diretor, a coordenação e os professores são específicos da educação em prisões, os profissionais para atuarem precisam ter um perfil, nem todos possuem desejo de lecionar dentro do sistema prisional.

A Extensão Prisional Escola Estadual Setor Sul fica localizada na zona urbana, no Setor Sul, no bairro de Taquaralto, localizado na periferia palmense. A U.P.F. fica próxima da Escola Estadual Setor Sul, o que facilita a interação entre os corpos docentes da U.P.F. e o da escola⁴. Os níveis e modalidades de ensinamentos ofertados são: Ensino fundamental e Médio Básico na modalidade de Educação de Jovens e Adultos – EJA – para o 1º, 2º e 3º segmentos; sendo o 1º segmento

⁴ Dados da Secretaria Escolar e PPP-Palmas, 2018.

composto por 02 alunas; o 2º segmento composto por 16 alunas; e o 3º segmento composto por 17 alunas; totalizando em 35 alunas. Os horários de funcionamento são: no período matutino são duas turmas multisseriadas com funcionamento das 07h30 às 11h50; e no período vespertino são duas turmas multisseriadas com funcionamento das 13h às 17h. Para o atendimento pedagógico, a UPF conta com 1 (uma) coordenadora pedagógica, 1 (uma) coordenadora de apoio pedagógico e 5 (cinco) professores, e o diretor da Escola Estadual Setor Sul que acompanha todo o processo. Os índices gerais de aproveitamento dos três segmentos, segundo dados do PPP (2018) da UPF:

Quadro 3 – Índices de aproveitamento

Índices Gerais de Aproveitamento das Alunas na <u>EJA-1º Segmento</u>			
Ano Indicador	Aprovação (%)	Reprovação (%)	Transferência (%)
2016 – 1º Semestre (censo escolar)	83%	0%	17%
2016 – 2º Semestre (censo escolar)	67%	0%	33%
2017- 1º Semestre (SGE)	71%	0%	29%
2017 – 2º Semestre (SGE)	100%	0%	0%

Fonte: (Dados da secretaria escolar - PPP- Palmas-2018-6).

Índices Gerais de Aproveitamento das Alunas na <u>EJA-2º Segmento</u>			
Ano Indicador	Aprovação (%)	Reprovação (%)	Transferência (%)
2016 – 1º Semestre (censo escolar)	65%	17,5%	17,5%
2016 – 2º Semestre (censo escolar)	91%	9%	0%

2017- 1° Semestre (SGE)	50%	11%	39%
2017 – 2° Semestre (SGE)	91%	9%	0%

Fonte: (Dados da secretaria escolar - PPP- Palmas-2018-7).

Índices Gerais de Aproveitamento das Alunas na EJA-3° Segmento

Ano Indicador	Aprovação (%)	Reprovação (%)	Transferência (%)
2016 – 1° Semestre (censo escolar)	80%	0%	20%
2016 – 2° Semestre (censo escolar)	52%	0%	48%
2017- 1° Semestre (SGE)	52%	0%	48%
2017 – 2° Semestre (SGE)	52%	0%	48%

Fonte: (Dados da secretaria escolar – PPP – Palmas - 2018-7).

Como nos apresentam os dados e segundo as informações contidas no Projeto Político Pedagógico, (PPP, 2018) a rotatividade é muito alta, pois, por tratar-se de uma unidade de ensino dentro do presídio, temos casos como de alunas que chegam no meio do ano letivo, o que dificulta o processo de ensino e aprendizagem. Temos, também, os casos de reeducandas que recebem alvará de soltura e, assim, precisam deixar a unidade de ensino, transferindo-se para outra. Os índices gerais de aprovação também são baixos, os indicadores comprovam alguns dados listados no PPP da unidade de ensino. Também, foi constatado que as mulheres que acabaram por algum motivo sendo privadas de liberdade, há muitos anos não frequentam a escola, e, quando chegam lá, precisam se acostumar com o ritmo das aulas, estudos, para não se tornar mais um obstáculo. O PPP detecta que algumas alunas enxergam as aulas apenas

como meio de remir sua pena. Há muitas alunas que são mães. Outra dificuldade exposta no PPP é a questão das dependentes químicas, que na U.P.F. tomam remédios para controlar a abstinência, porém tais remédios tendem a prejudicar o desempenho das alunas.

Segundo o PPP (2018), o espaço físico da sala de aula, também, apresenta seus problemas. O espaço é cedido pela Secretaria de Cidadania e Justiça e lá conta com apenas uma sala de aula subdividida. Essa divisão é feita com cadeiras, o que impossibilita a escola trabalhar no contra turno com reforço escolar. O documento aponta que não há cantina na U.P.F., então, como alternativa, é proposto que o lanche venha da escola extramuros, no caso da Escola Estadual Setor Sul, que está vinculada à U.P.F., pois a alimentação é fundamental para um melhor desempenho das alunas, além de ser assegurada pelo PNAE – Programa de Alimentação Escolar. Não há aulas às sextas-feiras, pois, o espaço é cedido para encontros religiosos. Nesse dia, as professoras desenvolvem atividades extraclasse para cumprir a carga horária. A equipe pedagógica realiza o planejamento coletivo quinzenalmente (PPP, 2018).

Desta forma, mesmo com alguns entraves, próprios da educação em prisões, a escola estadual setor sul, por meio da SEDUC, oferta a educação de Jovens e Adultos, e garante a contratação e orientação aos professores e corpo docente, e a SECIJU deve garantir a segurança dentro do sistema para que haja a educação garantida por Lei, e a parceria entre as secretarias é de fundamental importância para a oferta e a permanência do estudante com sucesso.

Desta forma, havendo a educação, há, também, todos os procedimentos pedagógicos inerentes a escola. Portanto, o conselho de classe faz parte destes procedimentos. O questionamento que iniciou o estudo foi: Como acontece o conselho de classe na UPF de Palmas?

Mas, para discutirmos o tema do estudo, faz-se necessário questionar: o que é o conselho de classe? Quando essa prática foi iniciada? A palavra conselho é derivada do latim *consiliu* que significa Juízo, opinião, parecer sobre o que convém fazer, aviso, ensino, lição, prudência, dentre outras. Segundo Pereira (2018) os conselhos de classe foram instituídos no Brasil em 1971 por meio da Lei de Diretrizes e Bases – LDB – e assim como fazia parte da política da época, o autoritarismo. O conselho de classe nesse período reproduzia o modo de atuação do governo. Somente com a constituição de 1988 e posteriormente com a nova LDB promulgada em 1996 que o conselho de classe passa a ser menos autoritário, com abertura para o diálogo com os diversos atores que constituem o processo de ensino-aprendizagem, participando das reuniões os pais, alunos, professores, direção, coordenação pedagógica e etc. (PEREIRA, 2018). Encontram-se promulgadas na LDB as seguintes disposições que orientam a prática de um conselho de classe participativo, são elas:

Art. 12. Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de: V – prover meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento; VI – articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola; **Art. 13.** Os docentes incumbir-se-ão de: IV – estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento; – ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional; VI – colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade. **Art. 14.** Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I – participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; II – participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares (LDB).

O conselho de classe nasce com o intuito de avaliar o aluno, inicialmente para definir se o educando pode ser reprovado ou aprovado, e quem compõe o conselho de classe, geralmente eram a direção, coordenação e professores; nesse

contexto, pais, alunos e outros que compõem a comunidade escolar não eram contemplados. Porém, hoje, temos outra perspectiva do conselho de classe pedagógico. Algumas escolas buscam trazer a comunidade para debater, propor, pontuar problemas, conhecer e participar do processo de pensar e repensar as práticas de ensino e aprendizagem. É um conselho participativo, onde os inseridos no cotidiano da escola possuem voz para expressarem seus anseios. No Plano Nacional de Educação (PNE), temos as seguintes disposições de que há organização educativa da unidade escolar. Surgem os conselhos escolares, que deverão orientar-se pelo princípio democrático da participação. Ou seja, a gestão da educação e a cobrança de resultados, tanto das metas como dos objetivos propostos neste plano, envolverão comunidade, alunos, pais, professores e demais trabalhadores da educação.

A proposta do Regimento Escolar da Rede Estadual de Ensino do Tocantins, sobre como realizar o conselho de classe pedagógico, vai ao encontro com as orientações que perscrutamos da LDB e do PNE. No Regimento Escolar encontramos os seguintes encaminhamentos para implementar o conselho de classe pedagógico nas unidades de ensino, “**art. 26** O Conselho de Classe Pedagógico é o órgão de natureza consultiva e deliberativa em matéria pedagógica, com atuação em cada classe ou turma, responsável pela avaliação do processo de ensino-aprendizagem e do desempenho do aluno” (REGIMENTO ESCOLAR DA REDE ESTADUAL DE ENSINO DO TOCANTINS, 2017). O conselho de classe possui caráter consultivo, avaliativo. Avalia não só estudantes, mas também os profissionais que atuam na unidade de ensino, e para realizar o conselho, faz-se necessário ter a presença de no mínimo um terço dos profissionais, estudantes e comunidade.

O conselho de classe na U.P.F. é realizado bimestralmente, no primeiro e segundo bimestres do primeiro semestre, e no terceiro e quarto bimestres do segundo semestre, ou seja, são realizados quatro encontros anuais,

O Conselho de classe pedagógico deve ser realizado nos dias: 28/04, 30/06, 29/09, e 22/12, e extraordinariamente, sempre que se fizer necessário, de forma contínua, coletiva e democrática, para o aprimoramento das ações que irão possibilitar a melhoria do processo de ensino e aprendizagem (GUIA DE ORIENTAÇÕES PEDAGÓGICAS PARA AS ATIVIDADES ESCOLARES 2017, 2018).

Na unidade de ensino da UPF, os encontros para a realização do conselho de classe pedagógico fazem parte do planejamento anual da unidade de ensino. Antes da realização do conselho de classe pedagógico na U.P.F., a coordenadora se reúne com as alunas para realizarem uma votação e escolher a professora conselheira de cada turma; e, após as escolhas das professoras, a coordenadora pedagógica conversará com as alunas para, por meio de votação, definirem a representante de turma que representará as alunas daquela turma no dia do encontro do conselho de classe. Após a definição das professoras conselheiras e das representantes de turma, a coordenadora veicula um instrumento de coleta de dados para as professoras conselheiras e para as turmas, as professoras, individualmente, preenchem seus respectivos instrumentos, enquanto as turmas, junto da coordenadora, respondem a um instrumento que representa os anseios coletivos que a representante exporá no dia do conselho.

Nesse sentido, no âmbito escolar, os Conselhos de Classe são importantes táticas na busca de opções para a superação dos problemas pedagógicos, comunitários e administrativos da escola, com a participação de todos os envolvidos no processo ensino aprendizagem, construindo, juntos, propostas que permitam, a todos, agir em conjunto, primando por uma mudança educacional. Para Sant'Ana (1995, p. 87 - 88) "o Conselho de Classe é a atividade que reúne um grupo de professores da mesma série, visando em conjunto chegar a um

conhecimento mais sistemático da turma, bem como acompanhar e avaliar o aluno individualmente, através de reuniões periódicas”.

Vale ressaltar que é necessário ter uma consciência histórica que gera compromisso por parte dos envolvidos, faz agentes da história. Os educadores que acreditam numa educação transformadora, comprometem-se e modificam as estruturas escolares, da qual o Conselho de Classe faz parte. Desta forma, o conselho de classe é um espaço de participação, de construção e autonomia, considerando o contexto em que ele se insere; neste caso a educação prisional.

O conselho de classe, por meio das vozes dos envolvidos, foi apontado por meio de entrevista realizada com alguns participantes. A professora Rosângela descreve como ocorre o conselho de classe na unidade prisional:

É o momento em que professores, equipe pedagógica e direção se reúnem para discutir, avaliar as ações educacionais e indicar alternativas que busquem garantir a efetivação do processo de ensino e aprendizagem dos estudantes. Como fala ‘participativo’, no primeiro momento com a coordenadora juntamente com as alunas, elas respondem todo um questionário, colocam seus anseios, suas angústias, seus desejos, enfim... Sempre vem acompanhado com alguém da secretaria, pois em uma gestão democrática, o conselho deve ser um espaço de discussão, revisão no qual se estabeleça um diálogo autêntico e respeitoso, com vistas à melhora de processos pedagógicos, aproveitamento de recursos etc. É uma oportunidade de verificar se o planejamento e as estratégias utilizadas em sala de aula têm impactado positivamente no aprendizado e no desenvolvimento das alunas (ROSANGELA, 2018).

O relato da professora está em conformidade às colocações dos autores/documentos (SANT’ANA,1995; LDB; REGIMENTO ESCOLAR; PEREIRA, 2018) e também coaduna com as colocações da estudante Rúbia (2018), e com as colocações da coordenadora pedagógica Elizabete (2018):

O conselho de classe ele acontece quatro vezes ao ano e são convidadas as líderes de turma pra gente debater sobre o aproveitamento das alunas em sala de aula, sobre quais matérias que as alunas têm dificuldade, onde que agente pode melhorar e onde

DOI: <http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v5n5p>

que a gente pode ajudar as outras alunas a aprender mais sobre aquela conduta da matéria que tem dificuldade (RUBIA, 2018).

Então todo conselho de classe, todo bimestre, ele é feito assim, em cada bimestre a gente melhora; neste a gente compara o rendimento, os resultados, deste bimestre com o bimestre passado, e a gente vê o que avançamos o que não avançou, e dentro de toda essa análise nós fazemos um projeto de intervenção, que é em cima da fala do professor e da fala das alunas (COORD. ELIZABETE, 2018)

Foi questionado durante a entrevista qual é a participação de professores estudantes e coordenadora no Conselho de Classe e, respectivamente, respondem:

Eu avalio a minha participação, eu tenho que dizer excelente, porque na verdade quando chega a ser escolhida para ser líder da turma, têm que ser uma aluna que seja assídua às aulas, as tarefas, mesmo feita em sala de aula como na cela, tem que ser tudo correto, tudo feito e entregar em dia. Então não tem como se tornar uma líder sem ter essas participações efetivas (E. SAMARYA, 2018).

A minha participação no conselho de classe já tem aí um ano que venho à frente do conselho de classe, é tentar ajudar minhas colegas, não são muitas, nós somos três, nós estamos nos formando agora este ano, então tentar ajudar na minha turma pra ver se está faltando, se está ajeitando os deveres, mas, graças a Deus, não tem isso, a gente faz tudo certinho, a gente conversa se uma faltar alguma atividade a gente sempre ajuda outra, apesar de que duas ficam no mesmo pavilhão e a outra fica em outro pavilhão, mas mesmo assim com a ajuda de outros profissionais da unidade a gente consegue passar os papéis e os deveres pra outra turma, que às vezes a gente faz trabalho em grupo (E. MARA, 2018)

Eu como professora coloco meus anseios, dou contribuição e sugestões para a busca de soluções para os problemas encontrados ao longo do ano, para melhorar a aprendizagem e o desempenho dos alunos. Pois devemos refletir sobre as práticas educativas utilizadas ao longo do ano letivo (PROF. ROSANGELA, 2018).

O conselho de classe eu vejo como mais uma oportunidade da gente poder discutir não a questão da nota, mas as condições significativas para a construção de saberes, tanto do professor quanto do alunado, e eu acredito muito no conselho de classe. Então assim, nesse dia do

conselho de classe, nós, eu por ex., elaboro uma pauta, dentro dessa pauta coloco todos os pontos chaves que gostaria que a gente discutisse para a melhoria da escola. Eu adentro a sala da cela, ou seja, da sala de aula, e converso com as alunas, levo o instrumento que elaborei, melhorei e coloco-as pra preencherem; dentro desse instrumento elas colocam seus anseios, aquilo que tá bom, aquilo que elas veem que melhorou e que tem que melhorar; e dentro desse instrumento às vezes vem coisas que a gente fica assim a repensar. (COOR. ELIZABETE, 2018)

As colocações dos entrevistados assinalam que o conselho de classe que é praticado na Unidade Prisional Feminina de Palmas, aponta para um conselho de classe participativo e que cada ator entende o seu papel e busca avaliar o seu proceder dentro do processo educativo. Tais colocações são enfatizadas quando analisamos as fichas e os demais instrumentos utilizados antes e durante o processo do conselho de classe, bem como, os procedimentos contidos no Projeto Político Pedagógico (2018), é importante destacar que a Coordenadora Pedagógica da Unidade, instituiu e foi junto com a comunidade escolar, aperfeiçoamento o processo e os instrumentos do conselho de classe.

Para os educadores da Unidade de ensino, foi questionado se o Conselho de Classe servia para aprovar ou reprovar o estudante e os mesmos apontaram:

Não. É o levantamento geral da escola, mas assim a gente tem que tirar essa ideia de que conselho de classe é só dito para aprovar ou reprovar aluno. Mas é para que a gente possa fazer um levantamento de como que está a escola na questão de relacionamento interpessoal aluno com aluno, professor com professor e professor com aluno. Para que essas dificuldades levantadas durante o bimestre possam ser estudadas e assim, os instrumentos não sejam preenchidos e arquivados, mas que eles sejam meios para planejarmos ações que busquem sanar as dificuldades da escola. Então o conselho de classe para mim é levantar dados durante o bimestre, depois estudá-los e buscar solucionar esses dados negativos, o que precisa ser feito, melhorado para assim, termos um ensino de qualidade (PROF. WANEISSA, 2018)

O conselho de classe serve para refletir o nível de desempenho e rendimento, dificuldade e sucesso, inicial e final do aluno. Serve também, para as ações coletivas como as trocas de experiências e as suas perspectivas de ensino e de outros professores que deram resultados significativos, para fazer um balanço do trabalho realizado

DOI: <http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v5n5p>

na escola, tomar decisões sobre os próximos passos de cada aluno. Esse é um dos momentos cruciais desses últimos dias do ano, e a realização dele deve ser da forma mais democrática possível – isto é, de maneira que todos possam se expressar com liberdade, clareza e objetividade. De certa forma contribui para melhorar o desempenho dos alunos e dos professores (PROF. ROSANGELA,2018).

A senhora Elizabete (2018), a coordenadora pedagógica destaca:

Eu adentro na sala e converso com elas (alunas), somente eu nesse dia, nesse momento. As professoras eu não deixo na sala por aquela questão de, assim, inibir as alunas. Mas aí eu explico pra elas (alunas), que a representante de turma, somente a representante de turma é que vai para o conselho no dia do mesmo. Anteriormente eu informo todas as alunas e as representantes de turma é que vão escrever, elas que colocam no papel e no dia do conselho somente as representantes que irão, e aí eu tenho um momento, eu deixo um espaço pra elas, aonde elas vão falar também, o porquê que elas colocaram aquilo, quais são os anseios delas; assim como as professoras também.

O conselho de classe dentro de uma unidade prisional é sem dúvida um elemento ressocializador. Uma vez que sendo participativo, dá voz aos estudantes e conseqüentemente trabalha a autoestima deles, ora ali não pode haver a estigmatização do detento tão evidente no senso comum, este é um espaço de igualdade, de as alunas sentirem-se como parte de um processo de construção do ensino e aprendizagem.

Considerações

O estudo buscou analisar como acontece o conselho de classe na unidade de ensino prisional feminino de Palmas. Portanto, para que tal análise fosse realizada, buscou-se traçar um breve percurso histórico da educação prisional feminina no Tocantins. Procurou também conhecer o trabalho educacional realizado dentro da Casa de prisão Feminina de Palmas, objetivando compreender como ocorre o processo pedagógico do conselho de classe, sendo permeado pelas vozes dos estudantes, coordenadora pedagógica e professoras.

A educação é direito de todos, e a todos devem ser ofertados e garantidos, e a parceira com das Secretarias SEDUC e SECIJU tem realizado e garantido a oferta, levando em consideração as questões necessárias de segurança dentro do sistema prisional.

As vozes dos depoentes são unânimes nas colocações de que o conselho de classe acontece e que é participativo, no entanto, precisa de alguns critérios dentro do sistema prisional, pois não há participação da família dos estudantes. No entanto, no quesito participação de estudantes, professores o mesmo atende e com qualidade, visando à melhoria do processo de ensino e aprendizagem; é uma avaliação de mão dupla dentro do processo.

Há algumas dificuldades levantadas como, por exemplo, a questão da merenda escolar. Não há uma cantina para o preparo dentro da unidade de ensino prisional, o lanche é trazido da escola (mãe), o que demanda deslocamento de pessoas e há um custo que não é levantado nem suposto pelas instituições parceiras. Outra questão é a segurança na entrada deste lanche. As acomodações, ou seja, a sala de aula, não atende com qualidade, pois há uma única sala no presídio, não basta apenas a oferta, mas a oferta com sucesso do aluno na escola, mesmo que esta escola esteja dentro do sistema prisional.

É importante destacar que a educação ofertada não é vista apenas como remissão de pena, mas uma oportunidade de vida lá fora, para as entrevistadas, a educação é tudo e pode abrir portas de uma vida melhor. As colocações de Samarya (2018) "que valorizem o estudo, tanto lá fora na sociedade como no sistema prisional". "Hoje eu sinto na pele que pra eu sair de dentro da unidade, pra eu ter oportunidade, eu tenho que ter meus estudos, eu tenho que ter vontade de querer fazer uma faculdade pra eu ter um emprego decente, pra eu poder cuidar da minha família, dos meus filhos"(Mara, 2018). A coordenadora Elizabete destaca que "acredito que com a participação elas vão se sentir mais

importantes e vão se sentir mais alunas também, porque a gente fala sempre isso pra elas "aqui vocês são alunas", então elas são vistas como alunas por nós". Ou seja, estando no sistema prisional a reeducanda é vista primordialmente como estudante e o conselho de classe participativo não faz a distinção, todos são ouvidos, como afirma Alberti (2005) a história oral "dá voz aos excluídos".

A educação é a grande oportunidade para essas mulheres que por algum motivo erraram, percebe-se no corpo docente que compõe a U.P.F. que os mesmos têm compromisso com suas alunas, que é poder atingir o máximo de reeducandas com a "vontade de ressocialização", de abrir os horizontes delas de uma maneira que elas não busquem mais a solução por caminhos obscuros, mas sim acreditarem mais em si mesmas, demonstrar a elas que são capazes de uma vida melhor.

Relação das entrevistadas

1-Elizabeth Queiroz Moreira Tavares, Coordenadora Pedagógica desde 2017, nascida em 06/08/1964, entrevista concedida a Adolfo Borges em 25/10/2018, em Palmas, Tocantins.

2-Rosângela Guiomar Luz, Professora da disciplina de Filosofia, Arte e Sociologia, nascida em 29/12/1974, entrevista concedida a Adolfo⁵ Borges em 25/10/2018, em Palmas, Tocantins.

3-Rúbia Mara Rabelo, Reeducanda/ Estudante, nascida em 19/05/1987, entrevista concedida a Adolfo Borges em 14/12/2018, em Palmas, Tocantins.

4-Samarya de Oliveira Sousa, Reeducanda/ Estudante, nascida em 20/05/1977, entrevista concedida a Adolfo Borges em 14/12/2018, em Palmas, Tocantins.

5-Wanessa Ribeiro da Silva Vitorino, Professora da disciplina de Português, Educação Física, Ciências, Biologia e Redação, nascida em 08/01/1990, entrevista concedida a Adolfo Borges em 25/10/2018, em Palmas, Tocantins.

⁵ Pesquisador que auxiliou na coleta de dados da pesquisa em História Oral Temática, e degravou as entrevistas.

Referências

ALBERTI, Verena. **Manual da Historia Oral**. FVG Editora. 2005

Guia de Orientações Pedagógicas Para as Atividades Escolares 2017.

Percorrendo trajetos para a ação pedagógica: caminhos estratégicos para o dia-dia docente. Palmas: SEDUC, 2017.

JÚNIOR, Francisco Gilson Rebouças Porto; SOUZA, Sandoval Antunes de.

Educação prisional e práticas pedagógicas: construindo experiências. Palmas: UNITINS, 2008

LDB : Lei de diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017.

MARQUES, J. B. de A. **Gerenciamento de Crises no Sistema Penal**, em Revista do Instituto Latino-americano das Nações Unidas para a Prevenção do Delito e Tratamento do Delinquente (ILANUD), nº 5, de 1997.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, Classe Social e Status**. Trad. Meton Porto Gadelha. Rio de Janeiro: Zahar, 1967. Editores, 1967.

NETO, F. de S. C. de A. **"Meu Deus quem nos socorrerá?" Tensões sociais e o estado das prisões na cidade de Recife na década de 1840**. Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano. Recife, 2011.

PEREIRA, L. C. **Conselho de Classe**. Revista InfoEscola, 2018.

<https://www.infoescola.com/educacao/conselho-de-classe/> Acesso em 27/11/2018

PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. CÂMARA DOS DEPUTADOS, de 2000

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO. Escola Estadual Setor Sul Extensão Unidade Prisional Feminino; Secretaria de Estado da Educação e Cultura ; Palma, TO-2018.

Regimento Escolar da Rede Estadual de Ensino do Tocantins, 2017.

SANT'ANA, M.A.; MARCONDES, P. **Educação em prisões**. <http://acervo.paulofreire.org:8080/jspui/bitstream/7891/4268/1/FPF_PTPF_01_0917.pdf> Acesso em 11 de dezembro de 2018.

DOI: <http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v5n5p>

SANT'ANNA, I. M. Por que avaliar? : Como avaliar? : critérios e instrumentos/ Ilza Martins Sant'Anna. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

SEDUC-SESIJU- Plano Estadual de Educação nas Prisões; Secretaria de Estado da Educação e Cultura; Secretaria de Justiça e dos Direitos Humanos (Administração Penitenciária); Palmas, TO- 2012.

SILVA, F. da S. A efetividade dos direitos humanos na cadeia pública feminina de Babaçulândia- TO: Um estudo de caso; Sebastião Ferreira da Silva – Araguaína, TO, 2017.